

Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v21i3>

ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

As crianças esquecidas de Hitler. A verdadeira história do programa Lebensborn

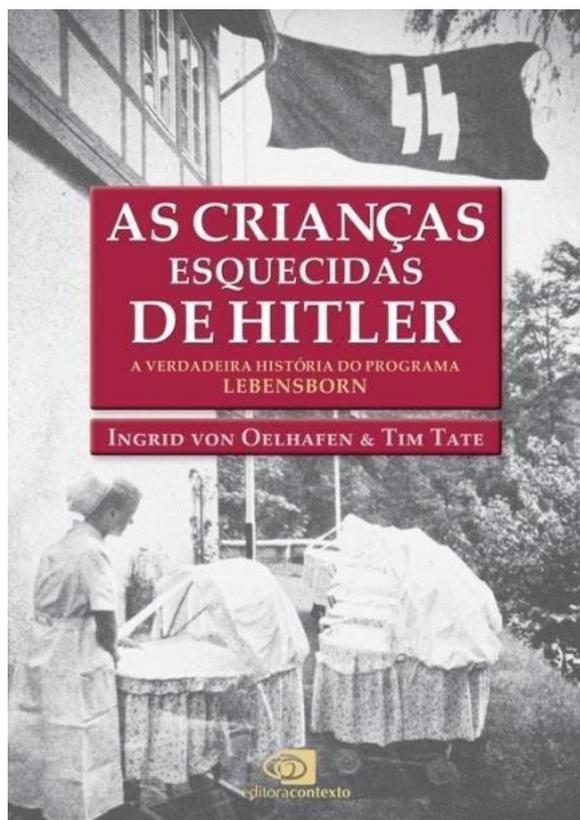
<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v21i3.41650>

João Fábio Bertonha

Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, professor de História (graduação e pós-graduação na Universidade Estadual de Maringá e pesquisador do CNPq, com bolsa produtividade, fabiobertonha@hotmail.com

Resenha recebida em 08/02/2017. Aprovada em 04/11/2017

VON OELHAFEN, Ingrid; TATE, Tim. **As crianças esquecidas de Hitler. A verdadeira história do programa Lebensborn**. São Paulo: Contexto, 2017.



O apelo popular e midiático do nazismo continua, inevitavelmente, a atrair pessoas e leitores. Numa recente visita que fiz a uma livraria, constatei, mais uma vez, a presença maciça de títulos a respeito do nazismo na seção de História. O nazismo continuava vendável e a vender.

As razões do apelo popular do nazismo são inúmeras. Algumas pessoas se interessam pelo seu aspecto mais violento, genocida, numa atração, em alguns casos, quase mórbida. Outros são fascinados pela sua glorificação estética da violência e pela figura de Hitler, por si só controversa e coberta de mitos. Por fim, o nazismo se presta a um sem número de teorias da conspiração e oferece um cenário para fantasias convenientes para a indústria cultural contemporânea. Não espanta, assim, que vejamos, na cultura popular, os nazistas envolvidos com rituais satânicos, discos voadores ou atalhos para Atlântida.

O nazismo, contudo, só é capaz de dar o cenário para mitologias as mais variadas por ter desenvolvido um corpo ideológico radical e apresentado propostas de reorganização social realmente revolucionárias. Revolucionárias não

no sentido marxista do termo e muito menos dentro das tradições da esquerda, mas no de procurar alterar significativamente a herança cristã e humanista da Europa através de programas e políticas públicas, pelo poder do Estado. Essas alterações radicais na sociedade incluíam a morte em larga escala, como no Holocausto, e também a criação e a promoção da vida, como no projeto *Lebensborn*, objeto desse livro.

O trabalho de Ingrid von Oelhafen e Tim Tate é jornalístico e memorialístico e, como tal, traz poucas novidades analíticas, bibliográficas ou documentais. Também não é o primeiro livro a dar voz às crianças do *Lebensborn*, pois livros publicados em inglês, francês ou alemão anteriormente já o fizeram. Suas 240 páginas são, na realidade, uma descrição, jornalística e romanceada, da odisseia da autora, por décadas, para descobrir sua verdadeira origem, tendo sido uma das crianças raptadas pelos agentes nazistas e adotadas por casais alemães para reforçar demograficamente a Alemanha e a raça ariana. Apenas por isso, a leitura já valeria a pena, pois é uma tocante história de uma pessoa em busca de sua identidade, de sua origem. Uma história que parte da Alemanha e se desenvolve em parte do continente europeu, até chegar à Eslovênia.

No entanto, do ponto de vista do historiador e de leitores com mais conhecimento a respeito do nazismo, o livro, na verdade, deixa a desejar e seu título indicando a “verdadeira história” do projeto é um pouco fantasioso e até sensacionalista. Os dados apresentados não são corretamente referenciados, muitos números e informações são vagos ou não passíveis de confirmação e as observações são subjetivas e impressionistas. Em termos historiográficos, valeria muito mais a pena ter traduzido um livro denso em termos analíticos e documentais como o de LILIENTHAL (2003) ou um quase clássico em língua inglesa, como o de CLAY e LEAPMAN (1985).

Mesmo assim, dada a carência de estudos sobre o projeto *Lebensborn* em português, ele é uma bem vida adição à bibliografia disponível. Além disso, perdidas nas recordações e na pesquisa da autora, temos alguns elementos muito interessantes para repensar o próprio projeto *Lebensborn* e, especialmente, para relacioná-lo à grande questão de fundo, ou seja, a obsessão demográfica nazista e dos Estados fascistas em geral.

Nos anos posteriores à guerra, uma série de filmes explorou a conexão entre o nazismo, a violência e o sexo. Todo um filão da cultura contemporânea explorava – e ainda explora – a dominação sexual como fonte de prazer e os nazistas se encaixavam perfeitamente enquanto protagonistas. Dentro desse filão, surgiram livros e filmes que associavam o *Lebensborn* à criadouros da SS, locais onde a elite de Himmler procriava com arianas escolhidas para gerar bebês para o Reich.

Na verdade, a organização surgiu, em 1936, com objetivos bem mais prosaicos, ou seja, fornecer assistência social às famílias da SS e, especialmente, às mulheres consideradas racialmente válidas que não tivessem, por si só, condições de criar seus filhos. Longe de ser uma vergonha ou um fardo para a sociedade, as mães solteiras, especialmente, deveriam ser amparadas e apoiadas, para o bem racial da Alemanha. Um esquema de adoção dessas crianças por oficiais da SS sem filhos também foi criado e desenvolvido.

Num certo sentido, essa proposta não era muito diferente de outras políticas natalistas que estavam em projeto em vários países da Europa e das Américas naquele momento. Numa época em que, pelo próprio avanço da modernidade, a natalidade caía em todo o Ocidente, vários Estados – democráticos ou não - procuraram lançar iniciativas para diminuir a mortalidade infantil e a geral, apoiar a maternidade e a infância e controlar a emigração, a imigração e as migrações internas para seus

próprios fins. A Inglaterra, a França, a Bélgica e vários países das Américas agiram nesse sentido.

Os Estados fascistas estavam especialmente preocupados com isso. Para o fascismo, número era poder e a juventude era a marca das Nações vitoriosas. Além disso, todos os projetos de construção imperial concebidos pelos fascistas tinham como pré-requisito um número crescente de homens para conquistar, policiar e povoar os territórios a serem conquistados. O número de nascimentos, contudo, estava em contínuo declínio também na Itália e na Alemanha e ambos os regimes mobilizaram os instrumentos do Estado totalitário para tentar reverter isso.

No caso italiano, conforme indicado por Carl Ipsen (1997), Roma criou uma série de instituições estatísticas e de pesquisa demográfica para dispor de dados atualizados sobre natalidade, mortalidade e migrações. Com base nesses dados, começou uma série de políticas, especialmente na década de 1930, para impedir a emigração, promover o retorno dos emigrantes italianos instalados no exterior e, especialmente, aumentar a natalidade e a fecundidade. Para tanto, a eugenia positiva foi instrumento fundamental, através de subsídios para mães e crianças pobres, prêmios em dinheiro para apoiar casamentos e nascimentos, taxaço aos solteiros, etc. Houve algum resultado positivo, mas menos do que o desejado pelo regime.

O fascismo, contudo, não pensou em reverter a moral católica e cristã e a maior parte das suas iniciativas teve apoio da Igreja. Já o nazismo radicalizou a questão, especialmente em termos de redefinição da moral sexual. Inicialmente, no sentido de se afastar do ideal cristão que enfatizava a necessidade da formação da família antes da concepção de crianças e, depois, na seleção racial e rapto de crianças consideradas biologicamente desejáveis. No geral, contudo, as iniciativas nazistas estavam dentro do espírito geral do tempo, de

preocupação com a natalidade, e se coadunava com a obsessão demográfica e com o intervencionismo social do regime.

As casas *Lebensborn* não eram, pois, “fazendas de criação” da SS. Mesmo assim, é claro que não podemos imaginar que elas eram pouco mais do que creches nazistas, nos moldes das que existem hoje. Como bem recordado por Thompson (1971), racismo e eugenia estavam presentes todo o tempo, tanto na seleção das crianças e das mães a serem aceitas (as quais deveriam ser aprovadas em testes raciais) como depois do nascimento. Crianças doentes ou com atraso no desenvolvimento intelectual ou físico podiam ser simplesmente assassinadas, já que não se enquadravam nos parâmetros da “raça superior”.

Além disso, a doutrinação na ideologia nazista era uma constante e os bebês ali nascidos eram considerados quase uma propriedade da SS. Ela providenciava até mesmo rituais de batismo e “bênçãos” às suas crianças no ato de entrega delas para seus pais adotivos, num cerimonial digno de uma religião laica. Talvez, em caso de vitória alemã na guerra, muitas dessas crianças teriam sido parte essencial do futuro do regime, já que pré-selecionadas na infância. A derrota de 1945, contudo, nos impede de saber se elas teriam realmente se tornado parte de uma nova elite nazista, apesar de ser provável.

Como aconteceu com várias outras políticas nazistas, foi a guerra, contudo, que radicalizou a experiência do *Lebensborn*. Até 1939, cerca de 8 mil mães foram abrigadas nas suas estruturas, com um número semelhante de bebês nascendo e sendo adotados. Um resultado, portanto, bastante modesto. A partir da invasão da Polônia, contudo, as perdas imensas de vidas nas linhas de frente preocuparam a SS, pois o corpo vivo da Nação germânica estava sendo drenado sem chances de recuperação. Para contrastar isso, reforçou-se o sistema de apoio às crianças nascidas fora do casamento e ele foi expandido para fora da Alemanha,

especialmente para os países considerados nórdicos, a partir dos quais “sangue ariano” poderia ser transferido para a Alemanha.

O caso norueguês, nesse contexto, foi especial. O regime estimulou o contato sexual e os casamentos entre os soldados alemães e as mulheres norueguesas e garantiu que as casas *Lebensborn* dessem todo o apoio aos filhos que fossem gerados. Após a guerra, contudo, as mães e os filhos desses relacionamentos – entre 8 e 10 mil unidades - sofreram uma profunda discriminação por parte da sociedade norueguesa.

Além da “transusão de sangue ariano” dos países nórdicos ocupados, surgiram, com o tempo, iniciativas ainda mais radicais, como o simples rapto de bebês com aparência ariana, especialmente da Polônia, da Eslovênia (terra de origem da autora) e do Leste europeu em geral. Em termos ideológicos, fazia sentido: na cosmovisão nazista, cada gota de sangue ariano que era “recuperado” pela Alemanha reforçava a sua força e diminuía a dos seus vizinhos, garantindo a vitória final.

O roubo de crianças estava dentro, igualmente, de um outro processo, em plena execução durante a guerra e que iria se completar, provavelmente, com uma vitória alemã. O novo Império nazista na Europa oriental seria constituído, em parte, de vastas áreas coloniais, de exploração direta, no qual os alemães seriam a minoria dominante em meio aos escravos ucranianos ou russos. Por outro lado, outras áreas (como partes da Polônia e dos países bálticos, o protetorado tcheco ou a Criméia) deveriam ser germanizadas e integradas ao Estado nacional alemão. Nesses locais, a população autóctone seria removida ou exterminada totalmente e substituída por alemães.

Esse segundo projeto implicava em encontrar colonos em número suficiente para formar majorias demográficas nos locais

desejados. Mesmo com as ofertas de terras e apoio e a mobilização dos *Volksdeutsche* do Tirol do Sul, da Romênia ou da URSS, fato é que não havia homens em número suficiente para que o projeto desse certo. A seleção racial dos “germanizáveis” nos novos territórios, assim, não apenas fazia sentido na cosmovisão nazista, como era fundamental para modificar o mapa demográfico europeu. O roubo de crianças e sua assimilação cultural forçada era apenas uma parte desse processo e ele também aconteceu, aliás - em outros termos - na colonização europeia nas Américas, na África e na Austrália, o que indica como o nazismo não inventou nada que os colonizadores europeus já não conhecessem.

O número de crianças raptadas efetivamente é algo ainda em discussão. A autora apresenta o número de 300 mil, das quais 200 mil oriundas da Polônia. Um estudo de Isabel Heinemann (2004) reduz esse número para apenas um sexto desse total. É provável realmente que o número tenha sido inflado depois da guerra, até porque isso permitiria maior retorno político. Mas não resta dúvida sobre o sofrimento dos envolvidos.

Com efeito, o destino da maioria dessas crianças foi trágico. Separadas das suas famílias, muitas morreram na seleção, no trajeto para a Alemanha e na destruição geral do fim da guerra. Muitas outras só foram saber de suas origens e identidade muito depois e muitas nunca o souberam. O caso pessoal da autora é comovente e ainda mais por ser apenas um entre muitos.

Nesse ponto, aliás, é interessante a narração que a autora faz dos seus encontros com essas crianças tantos anos depois. Ao invés dos super-homens arianos cuidadosamente selecionados, apenas homens e mulheres comuns, a maioria bastante ressentida e amargurada pelas circunstâncias do seu nascimento. As *Lebensborn* deveriam ser a prova final do sucesso da ciência racial e da eugenia

nazistas, mas acabaram por revelar apenas seres humanos comuns, vítimas dos projetos e planos do nazismo e da sua obsessão racial.

Referências

CLAY, Catrine; Leapman, Michael. *Master race: the Lebensborn experiment in Nazi Germany*. London: Hodder & Stoughton, 1985.

IPSEN, Carl. *Demografia totalitaria. Il problema della popolazione nell'Italia fascista*. Bologna: Il Mulino, 1997.

HEINEMANN, Isabel. "'Until the last drop of good blood': The kidnapping of 'racially valuable' children and the nazi racial policy in occupied Eastern Europe" in MOSES, Dirk. *Genocide and settler society: frontier violence and stolen indigenous children in Australian history*. New York and Oxford: Berghahn Books, 2004, p. 244-266.

LILIENTHAL, Georg. *Der 'Lebensborn e.V.': Ein Instrument nationalsozialistischer Rassenpolitik*. Frankfurt: Fischer, 2003.

THOMPSON, Larry. "Lebensborn and the eugenics policy of the Reichsführer SS". *Central European History*, 4, 1: 54-77, 1971.